

A ECONOMIA ROMANA REVISITADA: OS ESPETÁCULOS E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA DA CULTURA

Kimon Speciale B. Ferreira¹

RESUMO

Neste artigo buscamos analisar a interrelação que podemos estabelecer entre os espetáculos romanos e a economia romana. Com este objetivo em mente propomos inicialmente uma breve discussão acerca dos espetáculos, e sua relação com a sociedade romana, e, posteriormente, buscamos inseri-los dentro do âmbito econômico do Império Romano salientando as novas perspectivas que englobam a economia romana.

Palavras-chave: Economia, Espetáculos, Gladiadores.

ABSTRACT

This article aims to analyze the interrelationship between the roman spectacles and the roman economy. We propose initially a brief discussion about the show, and its relationship with the roman society. Later, we'll enter these shows in the economic context of the Roman Empire, emphasizing the new perspectives that encompass the Roman economy.

Keywords: Economy; Spectacles; Gladiators.

OS ESPETÁCULOS ROMANOS

Os espetáculos foram parte integrante da sociedade romana, pois dentro desta prática específica somos capazes de elencar características primordiais desta civilização que tanto nos fascina e influencia até os dias de hoje. Esta prática, que abarca inúmeros vieses necessários para a construção do *ethos* romano torna-se ainda mais fascinante por possibilitar a inserção de indivíduos das distintas castas sociais romanas e por colocá-los em locais únicos de confronto e diálogo, os Anfiteatros e as Arenas.

¹ Mestre em História, LHIA – UFRJ.

A forte ritualística presente desde o surgimento² dos Jogos de Gladiadores corroborava com a participação de membros das distintas castas da sociedade romana, já que ao início dos espetáculos uma procissão solene muito semelhante à cerimônia romana do triunfo, decretado pelo senado aos magistrados que houvessem terminado uma campanha militar com vitória significativa era empreendida, e os jogos se desenrolavam segundo um rígido cerimonial onde qualquer equívoco demandava o reinício de todo o cerimonial.

Nos *Ludi Romani* celebrados em honra a Júpiter e onde se comemorava o aniversário do templo da divindade, os festejos eram iniciados com um banquete para magistrados e sacerdotes em homenagem a Júpiter. Posteriormente, uma procissão, que ia do Capitólio ao Circo representava a hierarquia da sociedade romana. Em primeiro lugar posicionavam-se os sacerdotes, senadores, eqüestres, representantes do exército, seguidos pelos participantes dos Jogos a serem iniciados e, por último, uma turba de músicos, dançarinos e artistas. Podia se identificar então, um desfile na cidade, uma manifestação cívica onde estavam implícitos aspectos religiosos e de identificação das ordens sociais que compunham a sociedade. A procissão terminava com o sacrifício de bois que dava início aos Jogos.

Ao serem utilizados como punição exemplar para os criminosos, os jogos consolidavam seu significado religioso e ritualístico, já que o crime significava uma desordem social, contra os cidadãos e contra a sociedade, e feria a ordem compartilhada pelos deuses tutelares, tornando-se por isso um sacrilégio. Ao rejeitar a ordem da humanidade o condenado tinha sua vida consagrada aos deuses, e por ter

² Proveniente de um ritual funerário aristocrático da sociedade Etrusca, os combates eram realizados por prisioneiros de guerra próximos às tumbas e serviam como forma de prestar homenagens ao falecido por sua grande importância para a comunidade e apaziguar as divindades *Manes*. Este significado pode ser ainda compreendido como “*revestido de simbolismo religioso uma vez que pode ser entendido como uma substituição do sacrifício humano como uma oferenda ao morto. Corresponhia à idéia de verter sangue humano ao lado do túmulo do morto que existia em muitas culturas do Mar Mediterrâneo*” (KOHNE. E. and EWIGLEBEN. C. 2001, p. 11).

tornado-se um *infâme* desprovido de *dignitas*³, o mesmo podia ser usado legitimamente nos espetáculos. Havia um firme propósito de fazer da morte dos condenados um espetáculo de caráter exemplar revestido de simbolismo religioso e de dominação, cuja função era o reforçamento, a manutenção e a ratificação das relações de poder. Era preciso que publicamente fosse assegurada para todas as categorias sociais a restauração da ordem social pela imputação da pena apropriada⁴. A imposição da dor física era uma forma de fazer com que o criminoso passasse por um sofrimento proporcional à dor que o crime havia causado à vítima, aos seus familiares e à ordem pública. A publicidade do sofrimento, intencionalmente cruel e perverso, era representada pela agonia da arena e pela exposição dos corpos mutilados contendo uma inscrição que mencionava o crime cometido.

O aumento do interesse da sociedade romana pelos espetáculos fez com que o patrocínio para sua realização fosse articulado a um processo de busca de prestígio e *status* na sociedade romana. A grandiosidade dos espetáculos oferecidos pelos imperadores e magistrados tornou-se, pois, instrumento político de obtenção de apoio popular e aumento do prestígio social perante os demais. O papel social dos jogos está intimamente relacionado com a formação do *ethos* social e a ideologia da glória e do prestígio (HARRIS, 1979), vinculado à vitória militar, à demonstração da riqueza, popularidade e prestígio sócio-político.

Os espetáculos oficiais desempenhavam um papel de destaque no contexto político social do cotidiano da cidade de Roma e das demais colônias e províncias do Império, pois através da coerção ou da diplomacia, era através dos jogos e das festas públicas que os distintos grupos sociais se relacionavam: os líderes demonstravam sua

³ Compreendemos o termo *dignitas* com sentidos plurais que determinam valores para o cidadão romano tais como: honra, dignidade, mérito, prestígio, categoria, função.

⁴ Devemos afastar os estigmas construídos ao longo da história, no sentido de relacionar esta prática com o sadismo, a sanguinolência, a adoração da violência. Não há culto da violência e, sim, a valorização da arte belicosa do ser humano e da sobrepujança romana sobre os demais povos; existe uma gana incondicional pela redenção através do sacrifício.

sapiência, retórica e *fortuna* e o povo, sua respectiva importância no papel de cidadão. Os jogos e espetáculos realizados nas cidades romanas eram acontecimentos marcantes para as mesmas. O Imperador e os magistrados, ao promovê-los, buscavam alcançar ou consolidar um maior prestígio pessoal e político junto à população urbana.

“Todos sabiam que a carreira política de um homem público dependia, entre outras coisas, da quantidade e da qualidade dos espetáculos por ele oferecidos à cidade” (CORASSIN, 1996-97, p. 120).

O crescente interesse da população romana nos espetáculos pode ser compreendido através da identificação direta que era possível ser estabelecida entre audiência e os combatentes nas arenas ou *aurigas* nos circos, fossem eles condenados ou homens livres. A mensagem visual representada pelos espetáculos nos remete ao sistema de representações que definiam o cidadão romano⁵, e conseqüentemente, o projeto imperial romano. O simbolismo inerente aos espetáculos pode ser identificado como textos para a população, já que os mesmos demonstram entre outros signos a conquista e a dominação frente aos demais povos e mantêm viva a historicidade do povo romano.

Aliado a todo este simbolismo devemos atrelar o interesse da própria sociedade romana no aspecto lúdico inerente aos Jogos de Gladiadores, o qual era responsável pela oferta de outra importante característica que contribuiu para o amplo desenvolvimento desta prática: o lazer e o prazer extraídos da experiência. As arquibancadas dos anfiteatros já se encontravam cheias de personagens das distintas ordens da sociedade romana desde as primeiras horas da manhã, transformando os mesmos em locais de relacionamento entre os distintos grupos sociais. A “obrigatoriedade” da presença dos cidadãos romanos às arenas, aliado ao prazer proporcionado pelos combates entre homens bestializados cuja agonia na arena

⁵ A sociedade romana, como sabemos, era altamente militarizada, e necessitava demonstrar aos concidadãos e aos estrangeiros presentes às arenas seu poderio bélico, sua repugnância à covardia e à rendição.

reforçava boa parte dos valores fundamentais sobre os quais os romanos construíram sua ética civilizatória: a destreza, a habilidade, a audácia, a prudência, a bravura e o desprezo frente à dor e a morte como forma de recuperar a honra, foram importantes fatores que possibilitaram a difusão desta prática.

É neste sentido que ressaltamos a interação dos gladiadores com sua audiência, a qual era marcada pelo fascínio que estes exerciam frente à população romana. Os gladiadores, inicialmente prisioneiros de guerra e criminosos condenados à pena capital, eram vistos como monstros fora das arenas, pois ao adentrá-las passavam a exercer importante papel na construção do *ethos* social romano. Ao representar os valores fundamentais presentes no modelo ideal presente no discurso da ética civilizatória romana os gladiadores tornavam-se baluartes do discurso imperial romano.

“O significado dos gladiadores para os romanos estava articulado a este sentido de identidade, sendo, portanto, altamente contraditório. Por um lado, eram degradados e humilhados e, por outro, eram glorificados e exaltados”. (MENDES, 2000, p. 289).

A longevidade e a amplitude territorial na qual estes espetáculos demonstraram-se presentes corroboram com a importância que os mesmos possuíam diante da sociedade romana, assim como seu importante papel como norteador de uma identidade imperial romana em constante transformação, sendo esta forjada por constantes intervenções indígenas e pelas respostas oficiais romanas que tomavam parte nas diferentes regiões do Império.

Parece-nos evidente a conexão estabelecida entre cultura e poder, na medida em que as estratégias, ou mecanismos de construção e manutenção do modelo imperial romano (no caso, os espetáculos) são entendidos como discursos hegemônicos inerentes a uma prática imperialista. Não podemos deixar de salientar a aproximação que se estabelece entre as elites locais nativas e o “centro do poder romano” diante da cooptação e da apropriação do discurso imperial romano adaptado para as necessidades provinciais e municipais.

A inter-relação política e cultural que os espetáculos estabelecem entre Roma, capital do Império, e as demais províncias, através da circulação dos signos e símbolos que formam o *ethos* e a identidade romana, contudo não se perfaz isoladamente. É inerente a essa demonstração do poder romano também a circulação de elementos comuns que representem o poder romano, isto é, os diferentes elementos que são apresentados e representados, mesmo diante das especificidade provinciais e locais, precisam manter uma “unidade” que represente o discursos imperial. Apresentar um rinoceronte africano nos anfiteatros transmitia a sobrepujança romana sobre as províncias africanas e, romana e humana, sobre a natureza. Mas como representar esta mesma sobrepujança, que foi demonstrada por Augusto na arena do Anfiteatro Flávio, o Coliseu, em outras províncias sem a posse de um rinoceronte?

O exemplo, mesmo que anedótico, serve-nos como farol para uma importante questão que foi relegada em detrimento dos estudos políticos e culturais sobre os espetáculos, particularmente os Espetáculos de Gládio: a necessidade de grande quantidade e diversidade de materialidades necessárias para organizar e manter esta prática de tal forma que é possível observarmos o surgimento de uma complexa e lucrativa atividade econômica em torno dos mesmos, exigindo uma vasta mão-de-obra para sua realização e organização, gerando uma demanda por trabalho especializado, vinculado à criação e manutenção destas materialidades, e da execução dos combates em si. Com essa ideia em mente podemos dar continuidade a nossa reflexão.

A ECONOMIA ROMANA REVISITADA

A obra do historiador britânico Sir Moses I. Finley, *A Economia Antiga* (1980), parece-nos um excelente ponto de partida para revisitarmos a economia romana. Essa consagrada obra, que defendia que a economia no mundo antigo era definida não pela procura, mas por uma ideologia cívica e de *status*, reativou os debates acerca da economia antiga e continuou com o debate entre *primitivistas*, os quais consideram o “atraso” do sistema econômico antigo como um sintoma de um diferente e

predecessor estágio do “desenvolvimento” humano, e *modernistas*, os quais consideram que a economia antiga difere da moderna apenas em escala e não em substância, isto é, apresenta-se como um estágio da evolução capitalista. (SCHEIDEL; VON REDEN, pg. 3, 2002).

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, podemos resumir o modelo finleyniano onde a agricultura era a atividade mais importante, mas seus produtos eram consumidos, majoritariamente, em seu local de produção e não eram comercializados. Com exceções como Roma e Alexandria, as cidades eram locais de residência para os ricos proprietários de terra: proviam centros administrativos, religiosos, um artesanato modesto e mercados locais. Eram, sobretudo, centros de consumo financiados por impostos e rendas, mais do que pelo comércio ou pela indústria. O comércio entre as regiões era de pequeno volume, devido à insuficiência e má técnica dos transportes e à falta de especializações regionais complementares, posto que, por todo Mediterrâneo se praticava a mesma agricultura. Sem mercados maciços, o pequeno volume de comércio era de produtos de luxo, e de longa distância. A terra trazia *status* e este obrigava a despesas no consumo conspicuo e em benfeitorias públicas (evergetismo): nisso se gastava, não em investimentos produtivos (CARDOSO, p. 20, 2011).

Análises mais recentes apontam, no entanto, críticas ao modelo proposto por Finley a partir da defesa das especificidades inerentes a cada sociedade evitando com isso a limitação das análises a estas ou aquelas características. Não pretendemos neste momento nos alongar nesta discussão, mas gostaríamos de propor algumas reflexões: 1 – é possível, a partir, da análise de dados elencados pela Arqueologia observarmos a presença de “mercados” que apresentam-se relacionados diretamente com o aumento ou redução do preço dos cereais (TEMIN, 2001); 2 – O comércio entre as regiões parece-nos mais intenso (obviamente que não aproxima-se nem de perto à intensidade do comércio globalizado que observamos hoje) do que era apontado por

Finley. Algo que pode corroborar com esta análise é o investimento de aristocratas romanos em “empresas” de comércio marítimo, assim como a formação de associações de marinheiros; 3 – o fato do comércio restringir-se a um pequeno volume e a produtos de luxo também parece-nos defasado. A circulação de mercadorias de todo tipo – desde cerâmica a espetáculos – demonstra-se através da cultura material bastante evidente.

Peter Temin critica a afirmação de Finley de que a sociedade antiga não possuía um sistema econômico que era um enorme conglomerado de mercados independentes (FINLEY, p. 24, 1980) e propõe em seus trabalhos a existência de uma “economia de mercado” no decorrer do Alto Império Romano, o que fica comprovado através da existência de uma variação de preços de produtos – principalmente cereais -, o que podemos observar no decorrer do reinado de Diocleciano (284 a 305 A.D.) a instituição do Edito Máximo de Preços.

O edito de controle de preços de Diocleciano de 301 A.D. tentou controlar uma grande variedade de preços. Ele não foi tão extenso como, podemos dizer, o Decreto Preisstop declarado pelos Nazistas no século XX, mas revela que haviam variáveis preços de mercado que as autoridades desejavam controlar (TEMIN, p. 173, 2001)

O referido Edito, inclusive, apresenta entre suas normas a delimitação do preço de animais africanos, madeira, mármore, isto é, materialidades fundamentais para a realização dos espetáculos. Nossa perspectiva corrobora com a proposição de Temin de que o Alto Império Romano presenciou uma economia que apresentava diferentes mercados que mantinham uma inter-relação entre si, principalmente se focarmos nossa análise para Roma, o grande centro consumidor do Império. As demais regiões do Império também parecem-nos dependentes deste comércio interligado de produtos: o metal da Hispânia, o *guarum* Lusitano, as cerâmicas gaulesas não permaneceram restritas às suas regiões de produção, o que nos comprova hoje a Arqueologia.

Inserida nesta perspectiva de uma economia inter-relacionada retornamos

nossa análise para os espetáculos, pois, como apontado anteriormente, os compreendemos como parte integrante da sociedade e do *ethos* romano, e por isso, ao nos debruçarmos sobre eles estamos analisando o próprio funcionamento do mundo romano.

A ECONOMIA DA CULTURA

Retomando aspectos apontados anteriormente podemos elencar nos espetáculos a demanda de diversas materialidades necessárias para organização e manutenção desta prática; o surgimento de uma complexa e lucrativa atividade em torno dos mesmos; demanda por trabalho especializado, vinculado à criação e manutenção destas materialidades, e da execução dos combates em si.

No intuito de melhor analisarmos estas necessidade adotamos o conceito da economia da cultura definida pelo economista Fábio Earp.

Um conjunto de ramos, segmentos e atividades auxiliares para a produção e distribuição de bens com conteúdos simbólicos, resultantes do trabalho criativo, organizados pelo capital que aumenta seu valor e dirigido a mercados consumidores com a função de reprodução ideológica e cultural (EARP, p.39, 2002).

Parece-nos patente a relação que podemos estabelecer entre os espetáculos romanos e a economia da cultura, no entanto gostaríamos de tecer outras reflexões que corroborem com nossa análise. Três aspectos ajudam-nos a defender nossa postura: a *sinuosidade do tempo*; o *acesso aos meios de entretenimento* e o *gosto*.

A sinuosidade do tempo faz-se presente diante da divisão entre o *tempo dedicado ao trabalho* e o *tempo livre*. A liberdade do uso é então a qualidade que define a esta parte do tempo, e o que nele fizermos será chamado *lazer*. O *ócio* consistindo no nada fazer e o *entretenimento* consistindo no tempo gasto em alguma atividade voluntária e não-remunerada, que pode ser livremente interrompida pelo praticante. (EARP, p. 42, 2002). É interessante salientarmos a dualidade presente nos espetáculos romanos, já que ao mesmo tempo em que ir aos espetáculos era um entretenimento, era também dever do cidadão romano atender aos espetáculos.

As atividades de entretenimento exigem *meios de entretenimento*, isto é, equipamentos e serviços que são a condição para sua prática (EARP, p. 49, 2002). No caso dos espetáculos romanos esses meios de entretenimento não são estáticos, como no caso dos combatentes que circulavam com as *famillias gladiatorias* pelas diferentes províncias oferecendo seus serviços, e, na maioria dos casos, provem de diversas regiões, novamente no caso dos gladiadores que circulavam pelas províncias e das feras utilizadas nas arenas. Estudos recentes também comprovam um grau de especificidade dos gladiadores que hoje pode ser comparado a atletas de ponta e que demandam um grande aparato técnico que perpassa *doctores, lanistae* e médicos.

O gosto pelo entretenimento, no caso dos espetáculos romanos pode ser comprovado através do fascínio que os gladiadores e aurigas causavam na sociedade romana. O trabalho de Renata Senna Garrafonni, *Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas* (2008) apresenta-nos uma excelente análise da relação cotidiana que podemos observar entre a população romana e os gladiadores. A análise dos grafites parietais de Pompéia corroboram com a proximidade entre estes indivíduos infames e as camadas populares romanas.

O gosto parece-nos um importante viés de solidificação de nossa análise, pois através dele podemos “encerrar” a adequação dos espetáculos romanos à proposta de uma economia da cultura.

(...) o gosto não é inocente e nem sua manifestação pública é livre de consequências: serve para mostrar a que grupo o indivíduo pertence e, sobretudo, a quais outros ele não pertence. Serve igualmente para delimitar o grau de originalidade e de destaque que o mesmo pretende ter dentro de seu próprio agrupamento. Ou seja, é uma manifestação de identidade individual e coletiva (EARP, p. 54, 2002).

CONCLUSÃO

Pretendemos analisar neste trabalho algumas reflexões acerca da economia romana e sobre o papel exercido pelos espetáculos na mesma. Elencamos para isso os principais aspectos dos espetáculos romanos desde o seu viés religioso até a sua relação, que nos

parece íntima, com o modelo econômico romano.

No que diz respeito à economia romana, discutimos brevemente a proposta de Finley e a utilizamos para contrapormos nossas atuais reflexões, as quais propõem a existência de uma ativa rede de “mercados” que mantêm uma inter-relação e um diálogo no decorrer do Alto Império Romano.

Finalmente, diante desta ativa rede de “mercados” analisamos os espetáculos romanos sobre o viés da economia da cultura, a qual se adapta plenamente às características observadas nesta inter-relação entre as provias e Roma e entre as províncias entre si através da circulação de materialidades e indivíduos necessários para a realização dos espetáculos.

BIBLIOGRAFIA

BANG, Peter Fibiger. Imperial Bazaar: towards a comparative understanding of markets in the roman empire. In: Ancient Economies Modern Methodologies: archeology, comparative history, models and institutions. Bari: Edipuglia, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion, S. “Existiu uma Economia Romana?” In: Phônix, Rio de Janeiro, v. 17, nº 1, p. 15-36, 2011.

DUNCAN-JONES, R. The Economy of the Roman Empire (quantitative studies). Cambridge University Press, New York, 1979.

EARP, F.S. Pão e Circo – Fronteiras e Perspectivas da Economia do Entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002.

EDMONSON, J. Inmigración y sociedad local en Augusta Emerit, 25 A.C. – 250 D.C. IN: JORGES, JEAN-GERARD, CERILLO E. y BASARRATE, T.N. (edit) V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones. Madrid: Ministério da Cultura, 2004.

FINLEY, M. A Economia Antiga. Porto: Afrontamento, 1980.

FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Economia Romana no Início do Principado. In:

- MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (Org.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.
- GARNSEY, P. HOPKINS, K. and WHITTAKER, C.R. (edit.) Trade in the Ancient Economy, London: The Hogarth Press, 1983.
- LO CASCIO, Elio. The role of the state in the roman economy: making use of the new institucional economy. In: Ancient Economies Modern Methodologies: archeology, comparative history, models and institutions. Bari: Edipuglia, 2006.
- MARTINEZ J.M. y BASARRATE T.N. Espectáculos y sociedad en Augusta Emerita. IN: Sociedad y cultura em Lusitania romana. Mérida, 2000.
- MATTINGLY, D. The Imperial Economy. In: POTTER, D. (Ed.) A companion to the Roman Empire. Oxford: Blackwell Publisher, 2006.
- MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da (Org.) Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.
- POLANYI, K. Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos. Barcelona: Labor, 1976.
- ROSTOVTZEFF, M. Historia Social y Economica del Imperio Romano. Madrid: Espasa-Calpe, 1972.
- SÁBADA, R.J.L. La actividad profesional e industrial em *Augusta Emérita*. IN: Économie et territoire en Lusitanie Romaine. Madrid: Casa de Vilazquez, 1999.
- SCHEIDEL, W.; VON REDEL, S. (Ed.) The Ancient Economy. New York: Routledge, 2002.
- TEMIN, Peter. A Market Economy in the Early Roman. In: The Journal of Roman Studies, Vol. 91, 2001, pp. 169-181.
- TEMIN, Peter. The Labor Market of the Early. In: The Journal of Interdisciplinary History, Vol. 34, No. 4, Spring, 2004, pp. 513-538.
- TEMIN, Peter. The Economy of the Early Roman Empire. In: The Journal of Economic Perspectives, Vol. 20, No. 1, Winter, 2006, pp. 133-151 .